



1 Às nove horas do dia vinte e dois de agosto de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de  
2 Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da  
3 Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros,  
4 **ALOISIO CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAÚJO E ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**. Ausências  
5 justificadas dos Conselheiros **DANIEL LAVAREDA, CEZAR COLARES E SÉRGIO LEÃO**;  
6 presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará,  
7 **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios  
8 do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno  
9 desta Corte. Convocados o Conselheiro Substituto, **ALEXANDRE CUNHA** para composição de  
10 quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte.  
11 Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo*  
12 *quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que*  
13 *possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA**  
14 **DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº**  
15 **201515149-00 (820022004-00); Câmara Municipal de Soure; Pedido de Revisão –**  
16 **2004; Contra A Decisão Do Acórdão N.º 25.908; Autor: Marcus Vinicius Cassiano Figueiredo;**  
17 **Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator:**  
18 **Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Pedido De Vista Na Sessão Do Dia 10.08.2017 –**  
19 **Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 156, de 18.08.2017.** Cumprindo dispositivo  
20 regimental o Conselheiro Aloisio Chaves proferiu seu **Voto de Vista**: "*Em consonância com meu*  
21 *voto proferido na Sessão Plenária do dia 12.05.2015, referente ao Processo nº 201203271-00,*  
22 *utilizo do mesmo embasamento jurídico para me manifestar pelo conhecimento, e provimento*  
23 *parcial do Pedido de Revisão, no sentido de reformar a decisão recorrida pela aprovação das*  
24 *contas*". **Em votação: Na Sessão Plenária do dia 10.08.2017**, o Conselheiro Aloísio Chaves  
25 pediu vistas dos autos, e os Conselheiros Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, e  
26 as Conselheiras Substitutas Adriana Oliveira e Márcia Costa, decidiram por aguardar a  
27 manifestação do voto de vista. **Na presente Sessão Plenária**, O Conselheiro Antonio José  
28 Guimarães pediu vistas dos autos. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**  
29 **201203271-00 (744142003-00); Instituto de Previdência Municipal de São Caetano**  
30 **de Odivelas; Recurso – 2003; De Reconsideração - Contra O Acórdão N.º 20.577; Recorrente:**  
31 **Érika Milene Rodrigues; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez**  
32 **Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda - Pedido De Vista Na Sessão Do Dia 25.03.2014 –**  
33 **Conselheiro Aloísio Chaves + Pedido De Vista Na Sessão Do Dia 12.05.2015 – Conselheiro Cezar**  
34 **Colares E Pedido De Vista Na Sessão Do Dia 25.04.2017 – Conselheiro Aloísio Chaves;**  
35 **Advogado/Contador: Sábato Giovani Megale Rosseti (OAB /PA n.º 2.774)e Sr(a). Maurício Blanco**  
36 **de Almeida (OAB/PA n.º 10.375); Publicado no DOE nº 156, de 18.08.2017.** Cumprindo  
37 dispositivo regimental o Conselheiro Aloisio Chaves proferiu seu **Voto de Vista**: "*Por todo*  
38 *exposto, mantenho o meu Voto de Vista proferido na Sessão Plenária do dia 12.05.2015*". **O**  
39 **referido processo havia sido pautado para manifestação do Voto de Vista do**  
40 **Conselheiro Cezar Colares na Sessão Plenária do dia 25.04.2017:**"*Por todo exposto,*



39 *seguindo o posicionamento pelo Excelentíssimo Conselheiro Relator, voto pelo conhecimento e*  
40 *parcial provimento do Recurso de Revisão". O referido Processo havia sido pautado para*  
41 **manifestação do Voto de Vista do Conselheiro Aloisio Chaves na Sessão do dia**  
42 **12.05.2015:** *"O Acórdão nº 20.577, de 30.11.2010, aqui recorrido, cujo voto condutor é de minha lavra,*  
43 *optou por I - Negar aprovação às contas do Instituto de Previdência de São Caetano de Odivelas, exercício*  
44 *financeiro de 2003, de responsabilidade da Sra. Érika Milene Rodrigues, por estarem irregulares, nos*  
45 *termos do Art. 52, I, da Lei Complementar nº 25/94, pela omissão no dever de prestar contas". Na parte*  
46 *dispositiva, determinou o "ressarcimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, devidamente*  
47 *corrigido, da importância de R\$-34.567,00 (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais),*  
48 *contabiliza à conta "Agente Ordenador", em virtude da ausência de prestação de contas dos recursos*  
49 *recebidos no citado exercício". Finalmente, aplica "....multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelos*  
50 *alhares referente ao não envio da prestação de contas em meio documental ou magnético, com*  
51 *fundamento no Art. 57, II, da Lei Complementar nº 25/94. "Em grau recursal, a recorrente alega que: o*  
52 *fundamento da não aprovação das contas foi a ausência de prova documental da correta destinação e a*  
53 *aplicação dos recursos públicos sob sua gestão; não foi instaurado o devido processo legal para lhe*  
54 *propiciar a oportunidade do contraditório e da ampla defesa, face não ter sido regularmente citada porque,*  
55 *apesar de ser funcionária pública municipal do Município de São Caetano de Odivelas, com domicílio certo*  
56 *e paradeiro conhecido, a citação foi feita pelo correio, com aviso de Recebimento, endereçada à repartição*  
57 *extinta desde o ano de 2005, sem nada lhe ter sido comunicado. Seu recurso se arrima no Art. 67, II, da*  
58 *LCE nº 25/94, que trata de julgamento com base em insuficiência da produção de documentos; na*  
59 *oportunidade recursal oferece os documentos comprobatórios da regularidade da gestão dos recursos e,*  
60 *consequentemente, da regularidade da prestação da contas; seus atos satisfizeram as exigências de*  
61 *legalidade na destinação e aplicação os recursos públicos por ela geridos; o atraso na prestação de contas*  
62 *não contamina o mérito da prestação de contas em si, executada sem causar qualquer dano ou prejuízo*  
63 *para o erário e para a ordem jurídica; o atraso ou a ausência de prestação de não configura hipóteses de*  
64 *"grave infração" previstas no Art. 103, do RITCM, razão porque invoca a seu favor os princípios*  
65 *constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade. A 6ª Controladoria manifestou-se no sentido de*  
66 *que: A conclusão do Acórdão recorrido amparou-se no Art. 52, I, e Art. 57, II, da LCE nº 25/94, não*  
67 *merecendo reparos; Os documentos comprobatórios da regularidade da destinação e do emprego dos*  
68 *recursos públicos só foram fornecidos em fase recursal, como se fossem "documentos novos", quando na*  
69 *verdade não os são; na hipótese incide o instituto da preclusão temporária I na produção de provas por*  
70 *meio de documentos novos que, na verdade, poderiam ser apresentados como se destinados a suprir*  
71 *"documento insuficiente" ao julgamento; a citação da recorrente se deu com arrimo em AR- aviso de*  
72 *recebimento emitido pelos Correios, conforme permissivo do Art. 23, III, e Art.45, da LCE nº 25/94; houve*  
73 *prejuízo para a ordem jurídica na medida em que houve infração ao Art. 93, do RITCM, qual seja, a*  
74 *omissão no dever de prestar contas; reconhece que os recursos públicos geridos foram corretamente*  
75 *empenhados e aplicados, assim como os gastos justificados. Restaria apenas a irregularidade atinente ao*  
76 *atraso na prestação de contas. O Ministério Público de Contas opta por considerar regulares as contas*  
77 *prestadas, via suprimento da insuficiência inicial de documentos. Assim, opina apenas pela aplicação de*  
78 *multa em razão do cumprimento do dever de prestar contas fora do prazo legal. O voto da lavra do*  
79 *eminente Conselheiro Daniel Lavareda diverge da manifestação do Ministério Público ao argumento de que*  
80 *"...me perfilho a entendimento do corpo técnico, que entende que o ingresso dos documentos anexados no*  
81 *recurso são capazes de elidir a conta agente ordenador, mas não a de sanar a omissão da ordenadora do*



80 *dever de prestar contas". Assinala que "Há de se fazer uma clara e exata diferenciação entre uma*  
81 *prestação de contas intempestiva e a omissão no dever de prestar contas. O marco processual que delimita*  
82 *a ausência volitiva da prestação de contas e a prestação de contas a destempo é a citação ou notificação*  
83 *do ordenador para apresentar suas contas no período citatório ou notificadorio, uma vez que, não o*  
84 *fazendo nos prazos assinalados pela lei de forma espontânea, será compelido a sanção se instaurada a*  
85 *tomada de contas pela omissão em não prestar contas nos prazos citatório ou notificadorio". Acrescenta*  
86 *que "...a prestação de contas a destempo ocorre até o momento da citação, a partir daí, instaurada a*  
87 *tomada de contas há omissão no dever de prestar contas. Instaurada a tomada de contas qualquer peça*  
88 *contábil ou financeira que venha a ser juntada aos autos pelo tomador das contas ou pelo responsável,*  
89 *serve apenas para elidir o débito e os pontos de exercício obrigatório de controle externo..". Afirma que*  
90 *"Com efeito, não podem as cortes de contas darem igual tratamento aos jurisdicionados que prestam suas*  
91 *contas de forma regular, daquele que se omitindo o faz a destempo ou se tomadas". Afiança que "Tanto a*  
92 *prestação de contas a destempo quanto à omissão no dever de prestar contas estão sujeitas a sanção,*  
93 *salvo se tiver motivo justificador devidamente comprovado, que exima a responsabilidade do faltoso como*  
94 *caso fortuito e a força maior". A seguir, transcreve jurisprudência do TCU-Tribunal de Contas da União em*  
95 *socorro à sua conclusão no sentido de considerar irregulares as contas quando prestadas fora do prazo*  
96 *legal. Aduz, afinal, que "... considero que essa Corte de Contas não pode julgar o recurso sob análise,*  
97 *utilizado da mesma medida adotada para aquele gestor que, mesmo intempestivamente, tenha cumprido*  
98 *com sua obrigação de prestar contas, razão pela qual, concluo que o envio de documentação em fase*  
99 *recursal é cabível apenas para a retirada da imputação de débito, desde que a mesma comprove a boa e*  
100 *correta aplicação de recursos". Enfim, dispõe que "Tomo conhecimento do recurso, e no mérito dou-lhe*  
101 *provimento parcial, para alterar o Acórdão nº 20.577.2010 no que tange ao afastamento do débito*  
102 *imputado a recorrente, Sra. Érika Milene Rodrigues, mantendo, contudo, o julgamento pela irregularidade*  
103 *de suas contas, em razão da omissão do dever legal de prestar contas, bem como a multa no valor de R\$*  
104 *2.000,00 (dois mil reais), constante do item 3 do retro citado Acórdão". Fundamentos deste voto*  
105 *divergente. Na prática, o voto condutor não diverge da manifestação do Ministério Público de Contas junto*  
106 *a este TCM-Pará. Tal como este, afasta a imputação de débito por entender regular a destinação e*  
107 *aplicação dos recursos públicos geridos mas mantém a multa pelo atraso no cumprimento do dever*  
108 *constitucional de prestar de contas. Divergência há apenas quanto aos fundamentos das razões de decidir.*  
109 *Ou seja: enquanto o voto condutor entende que o atraso na satisfação do dever constitucional de prestar*  
110 *contas contamina de irregularidade a própria gestão dos recursos, o Ministério Público de Contas entende*  
111 *que isso não contamina aquilo. É com fulcro nessa linha de raciocínio lógico e jurídico que colho amparo*  
112 *para expressar a divergência que aqui defendo. A gestão dos recursos públicos e a prestação de contas*  
113 *dessa gestão integram momentos jurídicos distintos, com consequências inteiramente diversas. São*  
114 *momentos sucessivos, portanto, independentes. O segundo não pode retroagir para contaminar o primeiro.*  
115 *Exatamente porque a conclusão do primeiro é conditio sine qua non para oportunizar à satisfação do*  
116 *segundo. A imputação de débito é consequência legal imperativa de qualquer irregularidade na gestão da*  
117 *coisa pública. Em linha de correspondência, a regularidade dos atos de gestão é excludente de qualquer*  
118 *imputação de débito. Não se pune o que está certo nem se absolve o que está errado. Nos ensinamentos*  
119 *de Miguel Reale (Tridimensionalidade do Direito) "Dada a ação, tem que ser a sanção" (penal ou premial).*  
120 *In casu, o que está e deve permanecer sendo considerado como irregular é a satisfação do dever*  
121 *constitucional de prestar contas. Não os atos de gestão dos recursos públicos, que todos concordam terem*  
122 *sido regulares na destinação e na aplicação. Daí porque o próprio voto condutor desobriga a imputação de*  
123 *débito em face ao mérito das contas prestadas (que julga regulares) para manter apenas a multa de R\$*



121 2.000,00 (dois mil reais), aplicada pelo acórdão recorrido, por atraso na satisfação do dever constitucional  
122 de prestar contas. Por outro lado, compulsando os autos, verifica-se que a citação que a recorrente alega  
123 não ter se operado validamente, de fato, foi efetivada por via postal, com AR - aviso de recebimento, mas  
124 não com a cláusula de pessoalidade, como assim determina o Art.119, do RITCM, vigente à época, verbis:  
125 "Art. 119- Far-se-á a citação, intimação e notificação, conforme o caso, pessoalmente ao interessado ou  
126 seu procurador das seguintes formas: por expediente, entregue pelo correio, com aviso de recepção;  
127 Considerando que a recorrente é funcionária pública e residente no município de São Caetano de Odivelas,  
128 não há que se falar em lugar ignorado, incerto ou inacessível da mesma (Art.231, II, do CPCB) para  
129 justificar eventual citação por edital, ou por via postal com AR – aviso de recebimento, para o endereço de  
130 uma repartição extinta desde o ano de 2005. Nesse passo, há que se realçar que o próprio voto condutor  
131 ressalva que "Tanto a prestação de contas a destempo quanto à omissão no dever de prestar contas estão  
132 sujeitas a sanção, salvo se tiver motivo justificador devidamente comprovado, que exima a  
133 responsabilidade do faltoso como caso fortuito e a força maior". É exatamente dessas hipóteses de  
134 exclusão de ilicitude que se cogita nos autos: força maior impeditiva da constituição válida e regular do  
135 processo por falta de atendimento às formalidade legais essenciais na citação, o mais solene de todos os  
136 atos processuais. Portanto, resta claro que o AR – aviso de recebimento e os editais publicados à guisa de  
137 servir de citação para dar partida ao devido processo legal não tem a menor potência jurídica para  
138 estabelecer o marco inicial da contagem de prazo para alguma prescrição temporal extintiva. Precedentes  
139 desta própria corte de contas municipais testemunham nessa direção como, v.g.: Processo nº  
140 2008.11.555-00: "Ementa: Recurso de reconsideração, Matéria constitucional. Princípio do contraditório e  
141 da ampla defesa, Nulidade de citação. Reabertura da instrução. Recurso provido." (realcei) No mesmo  
142 diapasão está a afirmação do voto condutor de que "... não podem as cortes de contas darem igual  
143 tratamento aos jurisdicionados que prestam suas contas de forma regular, daquele que se omitindo o faz a  
144 destempo ou se tomadas". No caso aqui sob exame, tanto o órgão técnico, como o Ministério Público de  
145 Contas e o voto condutor concordam na aplicação de multa à gestora recorrente, por ter a mesma  
146 satisfeito o dever constitucional de prestar contas fora do prazo legal. Não há, portanto, a (des)igualdade  
147 protestada no voto condutor. Compreenda-se que a possibilidade de produção de prova, após o  
148 encerramento da fase de cognição administrativa da prestação de contas, é conditito sine qua non para  
149 admissibilidade do recurso de revisão, tal como aqui foi processado, à luz do disposto no Art.67, II, da LCE  
150 25/94, verbis: Art. 67. De decisão definitiva caberá recurso de revisão ao Plenário, sem efeito suspensivo,  
151 interposto uma só vez, pelo responsável, seus sucessores, ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal,  
152 dentro do prazo de 05 (cinco) anos, contados na forma prevista nesta Lei, e fundar-se-á: em falsidade ou  
153 insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida; É irrelevante para o  
154 desfecho da questão aqui se debater se os documentos fornecidos pela recorrente são "novos" ou não.  
155 "Em primeiro lugar, o tema ou termo "novo" não deve ser entendido como documento produzido após a  
156 decisão, mas sim aquele que não foi utilizado. Em outras palavras, o documento é novo no procedimento  
157 de rescisão do julgado". Mas adiante, o mesmo doutrinador afirma que "Para que seja possível a utilização  
158 de tal documento novo, é indispensável que a parte não o tenha utilizado por motivos alheios à sua  
159 vontade (desconhecia, não tinha acesso etc.)", (GOMES JUNIOR, Luiz Manoel, Tribunais de Contas -  
160 Aspectos controvertidos. Rio de Janeiro, Forense, 2003, 1ª edição, pag. 75). Além disso, coerente com o  
161 princípio processual da busca da verdade real, é concebido que "o destinatário da prova é o magistrado",  
162 conforme bem dá a entender o dispositivo legal supra transcrito e tal como assim já decidiu em reiterados  
163 julgados o STJ\_Superior Tribunal de Justiça (v.g, AgRg no REsp 357024/DF, Rel. Ministro Sidnei Beneti, 3ª  
164 Turma, Julgado 110/2013, DJe 05/11/2013). Aliás, sem isso, seria impossível o exercício das ações





162 rescisórias e outras próprias do fenômeno da relativização da coisa julgada como, por exemplo, a querella  
163 nullitatis insabilis, estas últimas para corrigir vícios trans rescisórios, após o transcurso do biênio de  
164 cabimento das rescisórias (STJ-AgRg nos EDcl no AgRg na AR 2.711/SP, Rel. Min. Mauro Campbell  
165 Marques, 1ª Seção, julgado em 09/08/2010, DJe 19/08/2010). Nos tempos modernos, a adoção do  
166 instituto da relativização da coisa julgada é indesmentível, tanto em benefício da moralidade pública como  
167 da segurança das relações jurídicas. De igual sorte, – mas pelas mesmas razões práticas –, relativizado  
168 queda-se o instituto da preclusão temporal extintiva. Aliás, para citar um exemplo mais próximo, é de se  
169 chamar à colação o dispositivo do Art.77, da recente LCE nº 84/2012, pelo qual: Art. 77. Mediante  
170 proposição de Conselheiro ou do Ministério Público junto ao Tribunal, o Pleno poderá declarar a  
171 insubsistência de decisão transitada em julgado ou não, quando constatada a existência de fatos anteriores  
172 capazes de comprometer a essência do julgado. Os tribunais de contas do país têm natureza jurídica  
173 administrativa e atuam como auxiliar do Poder Legislativo, nos termos do Arts. 70 e seguinte da CF/82.  
174 Segundo opiniões doutrinárias predominantes, emitem decisões judicialiforme, revisáveis pelo Poder  
175 Judiciário em casos especiais, no exercício da jurisdição. Não se paramentam dos rigores legais, nem de  
176 extremadas formalidades próprias do exercício da jurisdição. "O processo administrativo, embora adstrito  
177 em certos atos, não tem os rigores rituais dos procedimentos judiciais, bastando que, dentro do princípio  
178 do informalismo, atenda às normas pertinentes do órgão processante e assegure defesa ao acusado. (TJSP  
179 - Ap.Civ. nº 214.519-1 – São Paulo- Rel. Alfredo Migliore – J. 03.08.94). Na doutrina se encontra que "A  
180 antinomia entre formalismo e justiça decorre da tomada de consciência do julgador quanto a possibilidade  
181 de vir o bom direito a sucumbir em face de uma exigência de caráter puramente formal e deve ser  
182 resolvida especificamente pelo ordenamento de cada povo, em face das características culturais do  
183 fenômeno processual". (ÁLVARO DE OLIVEIRA, Carlos Alberto, Do formalismo no Processo Civil, São Paulo:  
184 Saraiva, 1997, p 224). "É inadequado, ao nosso ver, um formalismo exacerbado em sede administrativa.  
185 Como ponderado em julgamento do Superior Tribunal de Justiça: "(...) o formalismo processual deve estar  
186 à mercê da atuação Jurisdicional. O rigor da forma, salvo exceções, exigida pela quantia do sistema, não  
187 pode prejudicar o direito da parte, e a pretensão do direito material deduzida em juízo". (GOMES JUNIOR,  
188 Luiz Manoel, ibdem, pag.71). Além disso, as letras dos Arts. 52, I, Art.57, II, da LCE nº 25/94, e Art.103, I,  
189 ao estabelecerem que a omissão no dever de prestar contas constitui causa suficiente para a aplicação da  
190 pena de irregularidade da prestação de contas, não contemplam, entre suas hipóteses, o mero atraso no  
191 cumprimento de tal dever constitucional. A infração relativa ao atraso no cumprimento do dever  
192 constitucional de prestar contas autoriza a aplicação da multa prevista no Art.120-A, do mesmo RI, vigente  
193 à época do fato e, não, a penalidade de irregularidade das contas (nullo crime nulla pena sine lege). No  
194 caso concreto, ao aceitar os documentos fornecidos pela ordenadora de despesas em grau de recurso  
195 como suficientes para comprovar a regularidade na destinação e na aplicação da verbas públicas geridas  
196 pela mesma, este TCM-Pará reduziu a hipótese de incidência de omissão, inicialmente prevista no acórdão  
197 recorrido, para mero atraso no cumprimento do dever constitucional de prestar contas. Isso se, por acaso,  
198 a recorrente ainda era ordenadora de despesas quando ocorreu o dies a quo do dever de prestação de  
199 contas, eis que, caso tenha sido substituída por outro gestor, será este o responsável pelo ato (ou seja,  
200 quem a substituiu) e, não, a recorrente. Nessa circunstância, nem multa se lhe pode aplicar e, sim, ao  
201 novo responsável. Tal conclusão é corolário natural da impessoalidade e da continuidade da Administração.  
202 Portanto, no caso vertente, não há falar em grave infração a justificar a aplicação da pena de  
203 irregularidade na prestação de contas. É necessário não perder de vista que os mecanismos legais tutores  
204 e protetores dos interesses públicos integram um sistema jurídico único, embora multifacetado, que  
205 também contempla a tutela dos direitos e garantias individuais. Especialmente aqueles relativos a mais



203 *alevantada e solene de todas as manifestações da cidadania que é, justamente, o direito de votar e ser*  
204 *votado: a elegibilidade. Nas lições de Jescheck (apud ROXIN, 2002), "Com o escopo de assegurar a*  
205 *uniformidade da aplicação do direito, preconiza-se que a ciência jurídica deve ser sistemática, pois assim*  
206 *garantirá a uniformidade e clareza das decisões, evitando-se que essas sejam baseadas no acaso ou em*  
207 *arbitrariedades". Em seguida, que "[...] não se podem desconhecer os perigos de uma dogmática reduzida*  
208 *a fórmulas abstratas: esses estão no fato de que o juiz passe a confiar no automatismo dos conceitos*  
209 *teóricos, não atentando, portanto, às peculiaridades do caso concreto. O essencial é sempre a solução do*  
210 *problema: exigências sistemáticas, por serem menos importantes, devem recuar para um segundo plano."*  
211 *Nesse cenário, as decisões dos Tribunais de Contas cada vez assumem mais vulto e volume de repercussão*  
212 *na esfera dos direitos e garantias individuais. Basta que se confira a legislação abaixo transcrita: Lei*  
213 *Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. Lei da Ficha Limpa. (Altera a Lei Complementar nº 64, de*  
214 *18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do Art. 14 da Constituição Federal, casos de*  
215 *inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de*  
216 *inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato).*  
217 *Art. 1º São inelegíveis: para qualquer cargo: os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou*  
218 *funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade*  
219 *administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou*  
220 *anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a*  
221 *partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do Art. 71 da Constituição Federal, a todos*  
222 *os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição (realcei);*  
223 *Dessa forma, na eventual colisão entre o interesse público e os direitos e garantias individuais, há que se*  
224 *ponderar no sentido de que, não tendo se observado qualquer prejuízo ao erário, à ordem jurídica, à*  
225 *moralidade pública e à probidade administrativa, não há nenhuma razão para se impor a gravíssima*  
226 *penalidade de irregularidade das contas, condutora fatal à inelegibilidade para todos os cargos, por conta*  
227 *do singelo atraso na prestação de contas (pas de nullité sans grife). Principalmente quando cabalmente*  
228 *justificado tal atraso, em face da imprestabilidade da citação como ato inaugural do devido processos legal,*  
229 *do contraditório e da ampla defesa, tal como se observa no caso vertente. Por fim, observe-se que os*  
230 *acórdãos de TCU colacionados pelo voto condutor aludem, invariavelmente, à omissão no dever de prestar*  
231 *contas, impossível de se alterar, ainda que se produza documentos novos, em razão da superveniência da*  
232 *imutabilidade da coisa julgada administrativa, evidentemente que só operada após citação válida. Ditos*  
233 *acórdão, todavia, não se aplicam ao caso presente, onde os documentos foram produzidos pela recorrente*  
234 *na primeira oportunidade em que lhe foi dado intervir nos autos. Exatamente por ocasião de interpor o*  
235 *presente recurso com o objetivo de requerer o reconhecimento da nulidade da citação e, portanto, a*  
236 *impossibilidade de constituição válida da res judicata administrativa. In casu, na oportunidade em que este*  
237 *TCM-Pará acatou tais documentos como válidos e suficientes para demonstrar a licitude da prestação de*  
238 *contas da recorrente, isso facto et ipso iuri, afastou a figura da omissão no dever de prestar contas*  
239 *anteriormente acatada, convertendo-a em simples atraso na satisfação do mesmo dever, circunstância*  
240 *essa geradora da sanção de multa e, não, da sansão de desaprovação das contas, consequência daquela.*  
241 *Diante da mora objetivamente constatada na satisfação do dever constitucional de prestar contas, é*  
242 *suficiente a apenação monetária por intermédio da imposição de multa, sem a categorização de irregular*  
243 *às contas julgadas de gestão regular, porque comprovadas correção da destinação e aplicação dos*  
244 *recursos manejados". A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Daniel Lavareda pediu*  
245 *a palavra para fazer algumas considerações a respeito de seu voto proferido na Sessão do dia*



244 25.03.2014: "Srs. Conselheiros, o voto divergente oriundo da vista do Conselheiro Aloísio Chaves se  
245 sustenta, a meu ver, em duas premissas equivocáveis. Uma de ordem ao regular andamento do processo e  
246 outra quanto a natureza jurídica dos atos relativos a omissão no dever de prestar contas e a ausência da  
247 prestação de contas. Com efeito, diz o revisor em seu voto que: "compulsando os autos verifica-se que a  
248 citação que a recorrente alega não ter se operado validamente, de fato, foi efetivada por meio postal, com  
249 AR, mas não com a cláusula da pessoalidade". Diz ainda, para sustentar seu voto, que a regra do extinto  
250 art. 119 da LC/25/94 não foi cumprida na fase de instrução, uma vez que tendo a recorrente residência no  
251 município de São Caetano de Odivelas, não se podia justificar uma citação por AR para um endereço de  
252 repartição extinta desde o ano de 2005, assim como também não há de se falar em lugar ignorado, incerto  
253 ou inacessível para justificar a citação por capital. Ora, não é bem assim. A regra do revogado art. 119 da  
254 LC/25/94, dizia que: **"Art.119–Far-se-á, citação, intimação e notificação, conforme o caso, pessoalmente ao interessado ou seu procurador, das seguintes formas: I- Em mediante ciência nos autos; II- Em sessão plenária, quando presidente; III- por expediente, entregue por servidor do Tribunal; IV- Por expediente, entregue pelo correio com aviso de recepção; V- Por edital, publicando três vezes no Diário Oficial do Estado, no período de dez dias, quando o responsável encontra-se em local ignorado, incerto ou inacessível.** O que se extrai do dispositivo  
260 transcrito era de que, na comunicação dos atos processuais, deveria se privilegiar, sempre que possível, a  
261 pessoalidade, o que em nenhum momento foi possível no caso concreto, senão vejamos: 1-A citação ou  
262 notificação mediante ciência nos autos só seria possível mediante o comparecimento espontâneo da  
263 ordenadora o que não ocorreu, já que a mesma só veio apresentar sua prestação de contas por meio de  
264 recurso. 2-De igual sorte, não se poderia operacionalizar qualquer citação ou notificação a recorrente em  
265 sessão plenária, porque a mesma enquanto ordenadora nunca se fez presente as sessões desse tribunal,  
266 enquanto se tem notícia. 3-Não se poderia também fazer a citação ou notificação por expediente entregue  
267 por servidor, por que tal mecanismo só se operava nas realizações de inspeções do Tribunal "in loco" nas  
268 repartições municipais. Entendimento esse uniforme e de aplicação desde sempre, em harmonia aos  
269 princípios da supremacia do interesse público, razoável duração do processo e economia processual. Pois,  
270 ilógica, irrazoável e onerosa seria exigir essa regra de citação considerando a vastidão continental de nosso  
271 Estado. E aqui, cito o próprio voto de vista que lembra Jescheck. Diz o hermeneuta alemão citado no voto  
272 que: "Com o escopo assegurar a uniformidade da aplicação do direito, preconiza-se que a ciência, jurídica  
273 deve ser sistematizada, pois assim garantirá a uniformidade e clareza das decisões, evitando-se que essas  
274 sejam embasadas no acaso ou nas arbitrariedades". (grifo nosso) Assim, dentro da uniformidade de  
275 procedimentos e para não haver arbitrariedades, o TCM/PA sempre aplicou a regra do art.119 pela  
276 cronologia de seus incisos, quando possível, o que não foi no caso presente, pelas razões já expostas. Por  
277 outro lado, não cabe também aqui acolher as razões do recorrente de que a citação por "AR" fora  
278 endereçada a repartição extinta, isso porque na qualidade de ordenadora, cabia a si o ônus de manter  
279 atualizado o seu endereço na secretaria do Tribunal, para que esse à ocasião, expedisse com eficácia os  
280 atos processuais de comunicação relativo as suas contas. Evoca-se aqui o princípio jurídico **"Nemo  
281 auditur propriam turpitudinem allegans"**, ou seja, de que ninguém pode se valorar de sua própria  
282 torpeza para fazer jus a um benefício ou condição, eis que as dificuldades encontradas pelo Tribunal em  
283 proceder a citação, foram embaraços causados pela própria recorrente. O outro equívoco, está, como  
284 disse, na confusão em estabelecer a omissão do dever de prestar contas e a ausência da prestação de  
285 contas. Isso parece caracterizada quando o relator diz em seu voto que "uma omissão no dever de prestar  
286 contas pode se transformar em um mero atraso se o Tribunal acatar os documentos fornecidos por  
287 ordenador em grau de recurso". Não se pode e nem se deve confundir omissão no dever de prestar contas



285 com ausência de prestação de contas. A primeira ocorre da vontade contaminada de culpa ou dolo daquele  
286 que por obrigação legal não apresenta voluntariamente no prazo assinalado pelo Tribunal os instrumentos  
287 de ordem contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial que compõe o processo de contas, fazendo  
288 recair sobre o fato, a instalação de Tomada de Contas. Já a segunda pode ocorrer sem pressuposto da  
289 culpa ou do dolo e se caracteriza pela ausência do próprio processo. Ou seja, pode deixar de existir  
290 processo de prestação de contas quando por motivos alheios à vontade do ordenador não se pode exigir o  
291 dever do mesmo prestá-las. É o caso de contas ilíquidáveis por exemplo, ou de incêndio numa repartição.  
292 O que se pretende aqui não é impossibilitar o interessado de apresentar suas contas em grau de recurso.  
293 Em absoluto! Tal atitude violaria princípios fulcrais do processo de contas, como o contraditório e a ampla  
294 defesa e o princípio da verdade material. O que se discute é se nas razões do recurso, traz o recorrente  
295 qualquer excludente de ilicitude de seu ato de omissão no dever de prestar contas para que se possa dar  
296 provimento ao recurso e no mérito aprovar as suas contas. A simples entrega da prestação de contas a  
297 destempo não pode ser e continuar sendo nesse tribunal fato por si só autorizativo de aprovação das  
298 contas pelo simples fato, de que recebendo as contas e analisando-as as mesmas deixaram de ser omissas  
299 e viraram intempestivas!!! Tal interpretação é incabível e ofende o tratamento isonômico que deve ser  
300 dado aos ordenadores de despesas, ou seja, tratando de forma igual aquelas que cumprem sua obrigação  
301 no prazo, daqueles que não o fazem e nem apresentam justificativas capaz de excluir a ilicitude de seu ato.  
302 As contas apresentadas em grau de recursos podem e devem por obrigação ao princípio da busca da  
303 verdade material (e nela se insere a formal) ser recebidas e analisadas pelo Tribunal, mas sua aprovação  
304 está condicionada ao recorrente demonstrar de modo latente e vivo de que não as prestou no tempo  
305 oportuno, por absoluta impossibilidade de fazê-lo, caso contrário, segue-se insanável o motivo da  
306 reprovação que foi a omissão no dever de prestar contas, excluindo-se, contudo, do alcance os valores  
307 porventura, comprovados. É nessa esteira de raciocínio que entendo que meu voto está em consonância  
308 com a orientação de vanguarda do País e alinhado a orientação do Tribunal de Contas da União, cuja a  
309 jurisprudência já foi colecionada. Assim sendo, partindo para o caso concreto, a recorrente não se  
310 desincumbiu de provar algum fato impeditivo, modificativo ou extintivo do seu dever de prestar contas no  
311 prazo legal que pudesse descaracterizar a omissão, cabendo lembrar que, por tratar-se de contas referente  
312 ao exercício de 2003 e que deveriam ser prestadas em 2004, só o foram através do presente recurso,  
313 ingresso em 14/02/2012, sem qualquer justificativa plausível que elida sua omissão". Após ampla  
314 discussão sobre a matéria, a Conselheira Mara Lúcia apresentou proposta de alteração do  
315 Regimento Interno do TCM, que será encaminhada aos Gabinetes dos Conselheiros para  
316 apreciação, nos seguintes termos: "Nota Técnica: a alteração proposta emerge de inovação  
317 jurisprudencial desta Corte de contas, trazida ao Plenário pelo Conselheiro Daniel Lavareda (Processo nº  
318 201203271-00) que, consagrando a jurisprudência ainda não pacificada do Tribunal de Contas da União,  
319 vem indicar a necessidade de estabelecimento de um marco delimitador (temporal) e diferenciador (fático)  
320 em casos onde houve omissão do gestor em sua tempestividade e regular apresentação. Trançamos, neste  
321 caso, um paralelo com a ação penal que cuida de casos de apropriação indébita previdenciária, após o  
322 advento da Lei do RGFIS e outras legislações correlatadas, onde ficou garantido ao interessado, a  
323 possibilidade de reconhecimento e parcelamento de, até a decisão condenatória de 1º Grau, em outras  
324 palavras, mesmo denunciado criminalmente, poderia o réu confessar e parcelar o débito e com isto,  
325 receber a suspensão do processo criminal, garantindo-lhe, portanto a oportunidade de evitar futura e  
326 provável condenação, caso venha adimplir integralmente seus débitos. Assim, entendendo que na omissão  
327 do dever legal de prestação de contas, incumbe ao TCM o poder-dever de instauração da Tomada de





326 *Contas Especial e, por conseguinte, citação para defesa, no que, após a sua apreciação chegaríamos ao*  
327 *final da instrução processual, com a emissão do Relatório Técnico final da instrução processual, com a*  
328 *emissão do Relatório Técnico final, sugerimos que tal "marco delimitador" que distinguiria a prestação*  
329 *intempestiva ou a destempo (aprovação com ressalva), da omissão do dever (não aprovação) seria*  
330 *justamente o término da instrução processual e julgamento das contas. Válido que se esclareça, que a*  
331 *apresentação da prestação de contas, a quando o Recurso Ordinário ou de Pedido de Revisão (Rescisória),*  
332 *pode gerar efeitos, destacadamente quanto a regularização de débito lançados à conta "Agente*  
333 *Ordenador" ou, ainda, a integral regularização das contas, nas hipóteses em que o recorrente demonstre,*  
334 *cabalmente, a incidência do caso fortuito ou força maior, que conduziu a não apresentação regular e*  
335 *tempestiva das contas. Por fim, destacamos que tal alteração no posicionamento jurisprudencial desta*  
336 *Corte de Contas, à luz das orientações da ATRICON, deverá conduzir, ainda, a modulação dos seus efeitos,*  
337 *impondo-se por conseguintes que os processos anteriores a tal alteração devem seguir a orientação*  
338 *jurisprudencial até então vigente e pacífica, onde se permitia a possibilidade de apresentação das*  
339 *prestações de contas até por ocasião do Recurso/Perdido de Revisão. Tal medida, seguindo o*  
340 *predominante posicionamento deste colendo Tribunal, ratificada o respeito à segurança jurídica e ao*  
341 *tratamento isonômico, entre os jurisdicionados, destacadamente, quanto aos ordenadores de exercícios*  
342 *mais antigos, quanto a orientação jurisprudencial desta Corte não impunha a penalização mais gravosa.*  
343 *Com substrato no espírito pedagógico que, acima de tudo, deve motivar os posicionamentos deste TCM-*  
344 *PA, a proposta alteração regimental, que venha a traçar o marco temporal e fático que inviabilize o*  
345 *saneamento da falha de natureza grave, prevista no inciso IV, do art. 233, do RITCM-PA. Ademais,*  
346 *considerando que a alteração normativa em questão contempla aspectos de direito material e processual,*  
347 *sua aplicação gera efeitos ex nunc, ou seja, passa a valer para os processos, em que o encerramento da*  
348 *instrução processual, ocorre após o início da vigência desta alteração regimental".* **Ainda em votação**  
349 **na Sessão do dia 12.05.2015,** o Conselheiro José Carlos Araújo acompanhou o voto  
350 divergente do Conselheiro Aloísio Chaves. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o voto  
351 divergente do Conselheiro Aloísio Chaves, com base nos precedentes e no Princípio da Segurança  
352 Jurídica. **O Conselheiro Cezar Colares pediu VISTA dos autos.** O Conselheiro Antônio José e  
353 o Conselheiro Sérgio Leão decidiram por aguardar a manifestação do Voto Vista do Conselheiro  
354 Cezar Colares para votar. **Em votação na Sessão Plenária do dia 25.04.2017,** após a  
355 manifestação do Voto de Vistas do Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Aloisio Chaves, pediu  
356 Vistas dos autos. O Conselheiro Antônio José e o Conselheiro Sérgio Leão decidiram por aguardar  
357 a manifestação do Voto Vista do Conselheiro Aloisio Chaves. **Na presente Sessão Plenária,**  
358 após a manifestação do Voto de Vista do Conselheiro Alosio Chaves, o Conselheiro Antonio José  
359 Guimarães solicitou Vista dos autos. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**  
360 **201707010-00; Prefeitura Municipal de Breu Branco; TAG – 2017; Termo De**  
361 **Ajustamento De Gestão Nº 216-A/2017/Tcm-Pa; Responsável: Francisco Garcês Da Costa;**  
362 **Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves;**  
363 **Publicado no DOE nº 156, de 18.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro  
364 Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe  
365 o Artigo 152, do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator  
366 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu  
367 homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 13.435). Presidência



367 da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 320082008-00; Fundo Municipal De Assistência**  
368 **Social - FMAS de Igarapé-Açu; Prestação de Contas – 2008;** Contas Anuais De Gestão;  
369 Responsável: Diana Maria Guimarães De Paula; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público:  
370 Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Advogado/Contador:  
371 Julião Neves da Rocha Junior – CRC/PA 6109; Publicado no DOE nº 156, de 18.08.2017.  
372 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
373 manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
374 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
375 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, aplicação de multas, e o  
376 encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.644).  
377 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 813982013-00; Fundo Municipal De**  
378 **Assistência Social - Fmas de Senador José Porfírio; Prestação de Contas – 2013;**  
379 Contas Anuais De Gestão; Responsável: Conceição Moreira Machado; Instrução: 6ª  
380 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio  
381 Chaves; Advogado/Contador: Paulo André de Amorim Carvalho (Contador); **Publicado no DOE**  
382 **nº 156, de 18.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
383 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada  
384 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:**  
385 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com expedição do Alvará  
386 de Quitação (Acórdão nº 30.872). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**  
387 **343972008-00; Fundo Municipal De Saúde - Fms de Inhangapi; Prestação de Contas –**  
388 **2008;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Vlândia Da Silva Gonçalves – Secretária De Saúde;  
389 Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator:  
390 Conselheiro Aloísio Chaves; Advogado/Contador: Vicente Aleixo de Souza – CRC nº PA-005774/O-  
391 **4; Publicado no DOE nº 156, de 18.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
392 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas,  
393 com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada  
394 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:**  
395 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, aplicação de multas, e o  
396 encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.873).  
397 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 850022010-00; Câmara Municipal de**  
398 **Vigia; Prestação de Contas – 2010;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Mauro Alexandre  
399 Dos Santos Souza; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez  
400 Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contador: Afonso Arinos de A. Lins  
401 Filho - OAB-PA 6467 / Sr(a). Maria de Nazaré Alves Pessoa - CRC-PA 003331/O-6; **Publicado no**  
402 **DOE nº 156, de 18.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
403 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A  
404 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
405 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas,  
406 com ressalvas, e aplicação de multa (Acórdão nº 30.874). Presidência da Conselheira Mara Lúcia.



405 **Processo nº 1430022013-00; Câmara Municipal de Sapucaia; Prestação de Contas –**  
406 **2013; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Luciano Gomes Filho; Instrução: 7ª**  
407 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José**  
408 **Carlos Araújo; Advogado/Contador: Raimundo Nunes da Luz - CRC-PA 013.924/O; Publicado no**  
409 **DOE nº 156, de 18.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
410 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi  
411 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
412 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com expedição  
413 do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.875). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**  
414 **632042013-00; Fundo Municipal Dos Direitos Das Crianças E Dos Adolescentes de Rio**  
415 **Maria; Prestação de Contas – 2013; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Coraci Da Cruz**  
416 **Silva; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva;**  
417 **Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contador: Marcelo Alves dos Santos -**  
418 **Contador CRC/PA011770; Publicado no DOE nº 156, de 18.08.2017.** Cumprindo dispositivo  
419 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
420 regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
421 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,  
422 decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e expedição do Alvará de Quitação  
423 (Acórdão nº 30.876). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 150022009-00;**  
424 **Câmara Municipal de Benevides; Prestação de Contas – 2009; Contas Anuais De Gestão;**  
425 **Responsável: Fredson Santos De Oliveira; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público:**  
426 **Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado**  
427 **no DOE nº 156, de 18.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
428 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com  
429 ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
430 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade  
431 das contas, com ressalvas, e expedição do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.877). Presidência  
432 do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 950022010-00; Câmara Municipal de**  
433 **Medicilândia; Prestação de Contas – 2010; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Celso**  
434 **Trzeciak; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva;**  
435 **Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 156, de 18.08.2017.**  
436 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
437 manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em**  
438 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
439 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e expedição  
440 do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.878). Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo.  
441 **Processo nº 124382013-00; Fundo Municipal Dos Direitos Da Criança E Do**  
442 **Adolescente de Baião; Prestação de Contas – 2013; Contas Anuais De Gestão;**  
443 **Responsável: Benedita Maria Correa Tocantins; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público:**  
444 **Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado**



445 **no DOE nº 156, de 18.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
446 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria  
447 foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou  
448 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com  
449 expedição do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.879). Presidência da Conselheira Mara Lúcia.  
450 **Processo nº 714572009-00; Fundo Municipal De Assistência Social de Santarém;**  
451 **Prestação de Contas – 2009;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Ana Elvira De Mendonça  
452 Alho Teixeira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público; Procuradora Geral Maria Regina  
453 Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 156, de**  
454 **18.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
455 dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada  
456 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:**  
457 O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e  
458 aplicação de multa (Acórdão nº 30.880). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**  
459 **294002010-00; Fundo Municipal De Assistência Social de Curuçá; Prestação de**  
460 **Contas – 2010;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Simone Rodrigues Assunção;  
461 Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:  
462 Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 156, de 18.08.2017.** Cumprindo  
463 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
464 se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério  
465 Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu  
466 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela  
467 irregularidade das contas, com recolhimento aos cofres municipais, aplicação de multas, e o  
468 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.881).  
469 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201708011-00; Prefeitura Municipal**  
470 **De São Francisco Do Pará de Belém; Denúncia Externa – 2017;** Despacho De  
471 Inadmissibilidade De Denúncia (Art. 292, § 3º, Ritcm-Pa); Denunciante: José Enoc De Paiva  
472 Anaissi e Maria Do Socorro Moreira Barbosa; Denunciado: Marcos Cesar Barbosa - Prefeito  
473 Municipal De São Francisco; Instrução: 4ª Controladoria; Relator: Conselheiro Antonio José  
474 Guimarães; **Publicado no DOE nº 156, de 18.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, a  
475 Conselheiro Relatoro apresentou ao Plenário sua decisão, para conhecimento, nos termos do § 2º  
476 do Art. 292 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a  
477 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** conheceu da Decisão do Relator pela inadmissibilidade da  
478 Denúncia, com as recomendações constantes no voto (Acórdão nº 30.882). Presidência da  
479 Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 200513056-00; Fundo Municipal De Saúde - FMS de**  
480 **Viseu; Recurso – 2000;** Reconsideração, À Decisão Contida No Acórdão N.º 13.597/2005;  
481 Recorrente: Astrid Maria Da Cunha Silva; Instrução: Auditor Sérgio Franco Dantas; Ministério  
482 Público; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado**  
483 **no DOE nº 156, de 18.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
484 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento, provimento total do





485 Recurso, com a reforma da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
486 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à  
487 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento, provimento total do Recurso, com a reforma da  
488 decisão recorrida (Acórdão n 30.883). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**  
489 **200918699-00 (530022004-00); Câmara Municipal de Oriximiná; Recurso – 2004; De**  
490 **Revisão, À Decisão Contida No Acórdão N.º 16.957/2008; Recorrente: Agenor Figueira Batista;**  
491 **Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator:**  
492 **Conselheiro Aloísio Chaves; Advogado/Contador: Luiz Sérgio Pinheiro Filho – OAB/PA 12.948;**  
493 **Publicado no DOE nº 156, de 18.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
494 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento, e não  
495 provimento do Recurso, mantendo a decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
496 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à  
497 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento, provimento parcial do Recurso, com a reforma da  
498 decisão recorrida (Acórdão nº 30.884). **Processo nº 710022014-00; Câmara Municipal de**  
499 **Santarém; Reabertura – 2014; Contas Anuais De Gestão (Reabertura De Instrução);**  
500 **Responsável: Henderson Lira Pinto; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora**  
501 **Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 156, de**  
502 **18.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu ao Plenário sua  
503 proposta de reabertura da instrução do processo supracitado. A matéria foi colocada **em**  
504 **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu homologar  
505 a reabertura da instrução. (Resolução nº 13.436). **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. PALAVRA**  
506 **DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**: A Conselheira Mara Lúcia  
507 anunciou as férias do Conselheiro Aloisio Chaves, e na oportunidade a sua substituição pelo  
508 Conselheiro Substituto Alexandre Cunha. **ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas da qual  
509 foi lavrada a presente Ata.  
510 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e dois de  
511 agosto de dois mil e dezessete.  
512 Ata aprovada em Sessão Plenária Ordinária nº 055/2017, em cinco de setembro de dois mil e  
513 dezessete.  
514 Visto:

**Luis Daniel Lavareda Reis Junior**  
Conselheiro / Presidente / PRESIDENTE DA SESSÃO

**Jorge Antônio Cajango Pereira**  
Secretário Geral